

## **Princípio “Macau governada por patriotas” é posto na prática com todo o empenho e reforma da administração pública converge forças para o desenvolvimento**



Em 2025, o Governo da RAEM implementou, de forma firme e inabalável, a orientação “um país, dois sistemas” e colocou sempre, em primeiro lugar, a defesa da segurança do Estado e a consolidação das bases da estabilidade a longo prazo da RAEM, operacionalizando integralmente a “perspectiva geral da segurança nacional” e promovendo, de forma estável, os diversos trabalhos relacionados com a sua defesa. Implementou, com firmeza, o princípio “Macau governada por patriotas”, concluiu, nos termos da lei, as eleições para a 8.ª legislatura

da Assembleia Legislativa e promoveu a reforma da administração pública, reforçou o sistema com predominância do poder executivo e aprofundou o mecanismo de coordenação entre os órgãos administrativo, legislativo e judicial, reunindo as forças convergentes da sociedade no sentido de promover em conjunto o melhor desenvolvimento da RAEM.

“Um país, dois sistemas” é a pedra angular da prosperidade e da estabilidade de Macau, enquanto “Macau governada por patriotas” constitui a garantia política fundamental para assegurar a implementação bem-sucedida da orientação “um país, dois sistemas”.

Para pôr em prática o princípio “Macau governada por patriotas”, a RAEM continuou a aperfeiçoar o ordenamento jurídico relevante e o respectivo mecanismo complementar, procedendo, a nível legislativo, à revisão da Lei Eleitoral e da Lei dos Juramentos por ocasião do acto de posse, entre outras leis locais, para reforçar a implementação do princípio “Macau governada por patriotas” no ordenamento jurídico e no mecanismo de execução da lei, proporcionando, assim, um suporte mais sólido ao Estado de Direito para a valorização e divulgação da gloriosa tradição do “amor à pátria e amor por Macau” e defesa dos valores fundamentais.

## Conclusão com sucesso das eleições para a Assembleia Legislativa

Em 14 de Setembro de 2025, as eleições para a 8.<sup>a</sup> legislatura da Assembleia Legislativa da RAEM foram concluídas com sucesso, num ambiente justo, imparcial e íntegro, nos termos da lei. Estas eleições constituem mais uma realização emblemática na implementação integral do princípio “Macau governada por patriotas” e na promoção do processo democrático de alta qualidade correspondente à realidade de Macau.

As eleições demonstraram uma ampla participação dos diversos sectores da sociedade e os eleitores exerceram activamente o seu direito cívico e participaram com entusiasmo no voto. O número de eleitores no sufrágio directo atingiu as 175.272 pessoas, com uma taxa de afluência de 53,35%, batendo um recorde histórico, o que espelhou plenamente um bom ambiente de participação democrática em Macau e injectou uma forte confiança e dinamismo à prosperidade e estabilidade da RAEM.

Desde a sua promulgação em 2001, a Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa sofreu quatro revisões consecutivas. Cada revisão representa uma iniciativa importante da RAEM para aperfeiçoar continuamente o sistema governativo, baseada na experiência prática e em resposta às novas exigências decorrentes da nova situação. Em 2024, a RAEM procedeu a uma nova revisão da Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa, para aperfeiçoar o processo de verificação da capacidade dos candidatos, reforçar a implementação do princípio “Macau governada por patriotas”, em termos de ordenamento jurídico, e otimizar o processo eleitoral para a Assembleia Legislativa, de modo a garantir que as eleições sejam realizadas de forma justa, imparcial, íntegra e ordenada.

O Chefe do Executivo, Sam Hou Fai, em representação do Governo da RAEM, felicitou calorosamente os 14 deputados eleitos no sufrágio directo e os 12 deputados eleitos no sufrágio



indirecto, e expressou os sinceros agradecimentos aos eleitores que participaram nestas eleições. O Chefe do Executivo salientou que esta foi a primeira eleição para a Assembleia Legislativa desde a alteração da Lei Eleitoral em 2024, sendo um marco de grande significado. Este acto eleitoral implementou rigorosamente os princípios “um país, dois sistemas” e “Macau governada pelas suas gentes” com alto grau de autonomia, incorporou plenamente o princípio de “Macau governada por patriotas” e salvaguardou eficazmente a ordem constitucional da RAEM estabelecida conjuntamente pela Constituição e pela Lei Básica de Macau, tendo contribuído para a implementação bem-sucedida, estável e duradoura do princípio “um país, dois sistemas” em Macau.

Sam Hou Fai referiu que o Governo da RAEM continuará a agir em estrita conformidade com a Constituição e a Lei Básica de Macau, e a manter uma comunicação estreita e cooperação mútua com a Assembleia Legislativa, cumprindo cada um as respectivas responsabilidades, para servir conjuntamente os residentes de Macau. O Chefe do Executivo frisou esperar que todos os deputados recém-eleitos levem adiante o espírito de patriotismo e o amor a Macau, participem activamente nos assuntos políticos e retribuam a confiança do eleitorado com trabalhos concretos. Salientou, ainda, o seu desejo de que a nova Assembleia Legislativa continue a trabalhar de mãos dadas com o Governo da RAEM para reforçar a economia, lutar pelo desenvolvimento e melhorar o bem-estar dos residentes, com vista à criação conjunta de um futuro mais brilhante para Macau.

## Juramento de defesa da Lei Básica e de lealdade à RAEM

O Governo da RAEM realizou, no dia 1 de Novembro, a cerimónia de juramento dos dirigentes dos serviços e entidades públicos da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, de acordo com a Lei Básica de Macau, a Lei relativa à defesa da segurança do Estado, e nos termos das alterações às Disposições Fundamentais do Estatuto

do Pessoal de Direcção e Chefia e ao Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau que entraram em vigor nesse dia. Os 264 dirigentes e personalidades de hierarquia equivalente prestaram juramento declarando solenemente que defendem e farão cumprir a Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, e que se dedicarão com toda a lealdade à Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, desempenharão fielmente as funções em que foram investidos, cumprirão as leis, serão honestos e dedicados para com o público, e servirão a Região Administrativa Especial de Macau com todo o empenho.

Ao discursar, o Chefe do Executivo, Sam Hou Fai, indicou que os dirigentes do Governo da RAEM juraram, de forma legal e solene, que defendem e farão cumprir a Lei Básica de Macau e se dedicarão com lealdade absoluta à Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China. Este acto revela que os dirigentes dos serviços públicos, enquanto equipa de governação da RAEM, se comprometem, de forma solene, a assumir as suas responsabilidades, como também demonstra o cumprimento e a plena implementação do princípio de “Macau governada por patriotas” na RAEM, sendo um momento de profundo significado.

De acordo com as disposições de Disposições Fundamentais do Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia e do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, o pessoal de direcção e chefia, ao tomar posse, deve prestar juramento de defesa da Lei Básica e de lealdade à Região Administrativa Especial de Macau, enquanto os trabalhadores dos serviços públicos devem prestar juramento no acto de posse, sob a forma de declaração assinada, sob pena de anulação do provimento em caso de recusa de juramento.

## Aprofundamento da Educação sobre a Segurança Nacional

A segurança nacional é a mais importante pedra angular do desenvolvimento do País e a garantia mais fundamental do bem-estar da população. Em 2025, a RAEM continuou a aperfeiçoar o ordenamento jurídico e o mecanismo de execução da defesa da segurança nacional e a desenvolver, de forma ampla e através de vários canais, a educação e divulgação sobre a segurança nacional, permitindo aos residentes perceber profundamente que a segurança nacional está intimamente relacionada com a vida pessoal, e que a defesa da segurança nacional constitui uma responsabilidade e um dever de todos os residentes.

Desde 2018, o Governo da RAEM e o Gabinete de Ligação do Governo Popular Central na RAEM organizam, anualmente por ocasião do Dia da Educação da Segurança Nacional, uma série de actividades, designadamente a exposição, os concursos de composição e de vídeo de curta-metragem, o jogo de pergunta e resposta online, entre outras. O número de participantes tem vindo a aumentar de ano para ano, o que demonstra a consolidação da confiança e a determinação de todos os sectores da sociedade na salvaguarda da segurança nacional, e que a consciência da segurança nacional está enraizada em Macau.

A “Exposição sobre a Educação da Segurança Nacional”, sob o tema “10 Anos de Divulgação, Profunda e Sólida, da Educação da Segurança Nacional”, esteve patente de 15 de Abril a 15 de Maio. A Exposição registou um novo recorde no número de visitantes, com um total de 65.010

pessoas e mais de 153.410 navegações na respectiva página electrónica. De entre os visitantes, contaram-se 16.655 jovens estudantes, 15.053 trabalhadores dos serviços públicos, 26.622 individualidades das associações e 5829 pessoas das instituições públicas e privadas.

A Exposição atraiu a visita de muitos residentes, escolas, empresas e associações e disponibilizou o serviço profissional de visita guiada para reforçar a promoção da educação sobre segurança nacional. No local, houve jogos interactivos perguntas e respostas, com prémios, destinados especificamente a estudantes e associações juvenis, por forma a aprofundar, de forma educacional e divertida, os seus conhecimentos sobre a perspectiva geral da segurança nacional.

A par disso, o Governo da RAEM e o Gabinete de Ligação do Governo Popular Central na RAEM co-organizaram os concursos de composição e de vídeo de curta-metragem "A minha noção sobre a segurança da sociedade". Os dois concursos tiveram um grande apoio por parte do sector da educação de Macau, com a participação de oito instituições de ensino superior e 48 escolas de ensino secundário, com mais de 25.700 alunos inscritos nos concursos, tendo-se registado em 2025, comparativamente ao ano de 2024, uma subida de mais de três mil concorrentes. Após uma selecção preliminar, foram seleccionadas 520 obras no concurso de composição e 85 obras no concurso de vídeo de curta-metragem. Os alunos participantes nos concursos interpretaram a segurança nacional a partir de uma perspectiva diversificada, com obras que apresentam profundidade e inovação, demonstrando a alta atenção dos jovens de Macau à segurança da sociedade.

As associações patrióticas de Macau organizaram também palestras e seminários temáticos sobre a segurança nacional, tendo convidado profissionais jurídicos, académicos e representantes dos serviços públicos para esclarecer em profundidade o contexto legislativo do artigo 23.º da Lei Básica, as prioridades da revisão da Lei relativa à defesa da segurança do Estado e os arranjos institucionais da Lei da Cibersegurança. Algumas associações realizaram, em cooperação com as escolas, sessões de partilha, apresentando aos jovens alunos os conhecimentos básicos do quadro jurídico da Lei de defesa da segurança nacional e da prevenção de riscos cibernéticos, para elevar a sua consciencialização sobre o Estado de Direito e para a alfabetização online. Outras associações juvenis organizaram deslocações de grupos de intercâmbio ao Interior da China, para visitar bases educacionais do patriotismo, por forma a aprofundar o seu conhecimento da situação de desenvolvimento nacional e segurança do país.

Para comemorar o 80.º Aniversário da Vitória na Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa e na Guerra Mundial Antifascista, foi inaugurada, em 25 de Agosto, a mostra "Pela Libertação Nacional e pela Paz Mundial - Exposição do 80.º Aniversário da Vitória na Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa e na Guerra Mundial Antifascista", organizada pelo Governo da RAEM, com o apoio do Museu da Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa. Até 11 de Setembro, a exposição atraiu a visita de mais de 34.000 pessoas e o respectivo site temático registou quase 59.000 visualizações.

Em 3 de Setembro, o Governo da RAEM organizou a assistência dos serviços públicos, de diversos sectores da sociedade e de representantes de estudantes de Macau à "Transmissão em directo: Cerimónia Comemorativa do 80.º Aniversário da Vitória da Guerra de Resistência do Povo Chinês contra a Agressão Japonesa e da Guerra Mundial Antifascista". A par disso, as instituições de ensino superior e não superior de Macau organizaram sessões para os estudantes

assistirem à transmissão em directo nas instituições de ensino. Assim, um total de cerca de 60 mil pessoas assistiram à transmissão em directo, recordando em conjunto a história da resistência contra a agressão japonesa, promovendo e transmitindo este grande espírito da nação chinesa.

## Consolidação da linha de defesa para a segurança pública

A RAEM tem estado empenhada na construção de um sistema de governação da segurança global e tridimensional, reforçando continuamente os quatro pilares: a aplicação da lei, o Estado de Direito, a capacidade de acção e a cibersegurança, com o objectivo de assegurar a estabilidade social em todas as vertentes e a realização bem-sucedida dos grandes eventos.

A prevenção e investigação dos crimes que põem em perigo a segurança nacional foram conduzidas em estrita conformidade com a Lei relativa à defesa da segurança do Estado. Em colaboração com os órgãos judiciais, reprimiram-se firmemente os actos anti-China e perturbadores da ordem em Macau. Ao mesmo tempo, a implementação anti-terrorista e a cooperação regional e internacional foram intensificadas de modo a impedir as actividades de infiltração de forças externas e resolver, de forma prospectiva, os diversos riscos. Assegurou-se a realização segura e bem-sucedida das eleições para a 8.<sup>a</sup> Legislatura da Assembleia Legislativa, das provas realizadas na zona de competição de Macau no âmbito da 15.<sup>a</sup> edição dos Jogos Nacionais e de outras actividades artísticas e desportivas de grande escala.

De acordo com o planeamento geral do Governo da RAEM, aperfeiçoou-se de forma contínua o regime jurídico complementar da defesa da segurança nacional, optimizando-se a proposta de lei de combate aos crimes terroristas face à situação antiterrorista, de forma a proporcionar um suporte jurídico sólido à segurança da sociedade.

Procedeu-se à criação de um sistema de indicadores de monitorização e de alerta precoce de riscos relativos à segurança nacional, promovendo a participação de todo o governo e a articulação interdepartamental. Mediante a formação profissional e a introdução de tecnologias avançadas, reforçou-se efectivamente a capacidade do pessoal da linha de frente na área de análise e resposta aos riscos.

O Centro de Alerta e Resposta a Incidentes de Cibersegurança continuou a desempenhar o seu papel, reforçando a notificação de alerta precoce, o tratamento de incidentes e o apoio técnico, optimizando a gestão de vulnerabilidades, realizando simulacros de incidentes e promovendo o estabelecimento de mecanismos de troca de informações com as regiões vizinhas, a fim de consolidar de forma polivalente a barreira de segurança da sociedade.

## Promoção da reforma da Administração Pública

O Governo da RAEM tem como prioridades o reforço da coordenação, aprofundando a reforma da Administração Pública. Em Fevereiro de 2025, foi estabelecido o mecanismo de liderança e coordenação da reforma da Administração Pública, com a criação do grupo de liderança chefiado pelo Chefe do Executivo, do grupo de coordenação liderado pelo secretário para a



Administração e Justiça e dos 14 grupos de trabalho específicos, para aperfeiçoar o mecanismo de coordenação interdepartamental, formando um sistema de funcionamento administrativo com coordenação vertical, cooperação horizontal e sinergia de alta eficiência. No mesmo ano, o grupo de liderança realizou duas reuniões, tomando decisões sobre a direcção geral da reforma, de modo a assegurar o avanço ordenado da implementação de diversas medidas.

Quanto à simplificação da estrutura orgânica da Administração, foi reestruturado de forma abrangente o sistema de leis orgânicas da Administração, através da elaboração do Regulamento Administrativo n.º 13/2025 intitulado "Regime geral de organização e estrutura orgânica dos serviços e entidades públicos", clarificando-se os princípios sobre a criação, funcionamento e fiscalização dos serviços e entidades públicos e fixando-se os limites máximos da dimensão estrutural para evitar a expansão institucional. O Governo da RAEM tem promovido de forma ordenada a reestruturação dos serviços públicos, actuando em três vertentes: a simplificação da estrutura interna, a optimização da distribuição de funções e a promoção da integração e reestruturação organizacional. Na primeira fase de simplificação da estrutura, ocorreu a integração da Imprensa Oficial na Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça e a reestruturação da Secretaria do Conselho Executivo, dando início também aos trabalhos da reestruturação da Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública, do Instituto para os Assuntos Municipais e da Direcção dos Serviços de Finanças, por forma a reduzir os níveis hierárquicos desnecessários, clarificar a divisão de competências e responsabilidades e reforçar efeitos sinérgicos da acção governativa como um todo.

Deu-se continuidade à optimização dos serviços públicos. A "Conta Única de Macau" já integrava e disponibilizava mais de 480 serviços electrónicos e funções, tendo mais de 670 mil pessoas aberto contas electrónicas. O modelo de serviço evoluiu gradualmente de prestação de serviços electrónicos individuais para prestação de serviços integrados e one-stop. Na "Plataforma para Empresas e Associações", que disponibilizava um total de 200 serviços, foram abertas 20 mil contas de entidade. O Centro de Serviços da RAEM na Avenida de Venceslau de

Moraes e o Centro de Serviços de Auto-Atendimento do Governo, aberto 24 horas, no Complexo da Rotunda de Carlos da Maia entraram em funcionamento, e foi concluída a elaboração da estrutura básica da plataforma unificada para o tratamento de opiniões, facilitando ainda mais cidadãos e empresas.

O aprofundamento da reforma da Administração Pública constitui uma missão nuclear do actual Governo da RAEM na implementação do conceito governativo “persistir no caminho certo e apostar na inovação”. Baseando-se no mecanismo de liderança e coordenação para a reforma da Administração Pública existente, o Governo da RAEM irá promover de forma sistemática e abrangente as diversas medidas da reforma, em torno dos três eixos principais: simplificação da estrutura da Administração Pública, aumento da capacidade de governança dos trabalhadores dos serviços públicos e aprofundamento da inovação dos serviços prestados ao público, elevando continuamente a eficácia da acção governativa e a qualidade dos serviços públicos e reunindo as forças sociais, para promover em conjunto a modernização do sistema e da capacidade de governação da RAEM.



**Cerimónia de juramento dos dirigentes dos serviços e entidades públicos da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China**

## Consolidação da tendência da recuperação económica e empenho na promoção da diversificação adequada da economia

